Elaboração uma proposta de projeto de tese.

Notas destinadas aos doutorandos de Filosofia da Educação

*Maria Teresa dos Santos**

Resumo: Neste texto procurarei indicar possibilidades de elaboração de uma proposta configurável como Projeto de Tese, de modo a ser submetida a apreciação de um júri académico e, se aprovada, dar início à investigação. Refuta-se a ideia comum de que uma proposta curta não é suficientemente esclarecedora e representativa do Projeto de Tese, referindo o investimento exigido para alcançar uma versão depurada, clara e cientificamente correta. Não se trata, em contrapartida, de apresentar uma fórmula mágica ou de padronizar exemplos, o que anularia o valor pedagógico e epistemológico do texto. Trata-se, sim, de procurar uma forma razoável capaz de estruturar um plano de estudo em Filosofia da Educação. Neste sentido serão considerados todos os campos constitutivos da Proposta de Projeto de Tese, concluindo-se que a sua elaboração, antecipatória da Tese, corresponde já ao exercício filosófico dotado de valor racional. Seguindo uma linha explicativa-interpretativa, tomam-se para referência textos que contribuem para aproximar o exercício filosófico de uma metodologia académica que sem ignorar a especificidade funciona como regulador comum.

Palavras-chave: Pesquisar; Doutoramento; Exercício filosófico.

* Doutora em Filosofia da Educação pela Universidade de Évora (UE). Professora na Universidade de Évora (UE). E-mail: msantos@uevora.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2546-1607>.

Guide for a thesis project proposal. Some notes aimed at PhD students of Philosophy of Education

Abstract: In this text I will try to indicate possibilities of writing a thesis project proposal, in order to be submitted and appreciated by an academic jury. If it passes, the investigation can begin. The common idea that a short proposal is not quite enlightening and representative of the Thesis Project is refuted. It is argued that a short, clear and scientifically correct version is based on an enormous amount of research. There is no magic formula or standard example here. If so, it would nullify the pedagogical and epistemological value of the text. A reasonable way of structuring a study plan in Philosophy of Education is presented here. In this sense, it will be considered topics such as summary, detailed description, objectives, state of art, bibliography and schedule. The conclusion has two points: one, the proposal anticipates the PhD thesis itself; another one, the proposal is a philosophical exercise with a rational value. An explanatory-interpretative line follows as a methodological approach. Although the text does not ignore the specificity of the philosophical exercise, the considerations are common to other areas of knowledge.

Keywords: Research; Phd Course; Philosophical exercise.

Elaboración de una propuesta de proyecto de tesis. Algunas notas para los estudiantes de doctorado en Filosofía de la Educación

Resumen: En este texto intentaré indicar las posibilidades de elaborar una propuesta configurable como Proyecto de Tesis, para ser sometido a la apreciación de un jurado académico y, si se aprueba, comenzar la investigación. La idea común de que una propuesta corta no es lo suficientemente esclarecedora y representativa del Proyecto de Tesis es refutada, refiriéndose a la inversión requerida para lograr una versión purificada, clara y científicamente correcta. Por otro lado, no se trata de presentar una fórmula mágica o estandarizar ejemplos, lo que anularía el valor pedagógico y epistemológico del texto. Se trata de buscar una forma razonable capaz de estructurar un plan de estudios en Filosofía de la Educación. En este sentido, se considerarán todos los campos constitutivos de la Propuesta de Proyecto de Tesis, concluyendo que su preparación, anticipadora de la Tesis, ya corresponde al ejercicio filosófico dotado de valor racional. Siguiendo una línea explicativa-interpretativa, los textos que contribuyen a acercar el ejercicio filosófico a una metodología académica que sin ignorar la especificidad funciona como un regulador común se toman como referencia.

Palabras clave: Investigación; Doctorado; Ejercicio filosófico.

Consideração inicial

Este texto tem uma função explicativa-interpretativa de prestação direta. Embora aborde aspetos práticos da organização dum plano de trabalho científico, não investe na metodologia de investigação; limita-se a dar indicações sobre a elaboração de uma Proposta de Projeto de Tese, em ordem a obter-se aprovação académica e avançar-se no estudo e na redação desta¹. Por conseguinte, o texto situa-se no patamar incoativo em que o projeto de tese, mais ou menos definido e mais ou menos difuso, se sintetiza e fixa pela escrita. Transitar do nível pré-reflexivo da tese para o nível da fixação do seu plano afigura ser, em geral, uma difícil tarefa. Com o objetivo de esclarecer procedimentos e superar dificuldades, dão-se algumas sugestões para ‘alinhar’ a informação solicitada pelo modelo institucional imposto e para a ‘acomodar’ ao formato desse modelo, sem nunca se ocultar a experimentação pessoal que é pensar a própria tese e dar-lhe uma estrutura substanciada. Na sequência desta frase fazem-se dois sublinhados: um, para reforçar que se trata de sugestões, pois a intencionalidade do texto opera ao nível da viabilidade de pressupostos, possibilidades e coerências; outro, para destacar a ideia de pensar inventivamente a própria Proposta de Projeto de Tese como experimentação do pensar. Uma experimentação de exigência constante, de vigilância enérgica e de entrega contínua ao processo inventivo, o que é sinónimo de pensar. Como esclarecem Deleuze e Guattari, em *O que é a Filosofia?*,

¹ O modelo de acesso ao curso de doutoramento e o registo da Proposta de Projeto de Tese, em Portugal, não tem correspondência com o modelo usual no Brasil. No caso das universidades portuguesas, a candidatura aos cursos de 3.º ciclo tem por requisito a qualidade académica do currículo, sendo variável a solicitação de uma carta de motivação e a realização de uma entrevista. Uma vez admitido e matriculado, o doutorando frequenta os seminários do 1.º ano, escolhe o orientador e elabora uma Proposta de Projeto de Tese, de acordo com os termos de uma minuta. Obtidas as declarações de aprovação do orientador e do diretor do curso, a Proposta é enviada ao conselho científico, o qual se pronuncia a favor da aceitação ou decide pela rejeição. No Brasil, o acesso ao doutorado tem mais filtros. Está condicionado pela análise do currículo e do projeto de pesquisa, ao qual se vincula um orientador. Também é comum a aplicação de uma prova de exame. Uma vez admitido e matriculado, o doutorando tem uma carga letiva leve para se dedicar à pesquisa e redação.

[...] pensar é experimentar, mas a experimentação é sempre o que se está fazendo – o novo, o notável, o interessante, que substituem a aparência de verdade e que são mais exigentes que ela. O que se está fazendo não é o que acaba, mas menos ainda o que começa. (Deleuze & Guattari, 1992,143)

A experimentação é de ordem racional, rizomática e admite as possibilidades que se atravessam, solicitando sempre a atenção. Por isso são muitas as tomadas de decisão a ponderar na elaboração de uma Proposta de Projeto de Tese e todas influem sobre todas. Para começar, encontrar coerência nos pressupostos e nas suas articulações é uma tarefa exigente que incorpora uma advertência: não basta escrever qualquer coisa, mas pensar sobre o que escrever passo a passo e na totalidade dos passos. Ora a esta tarefa seguem-se outras. Para que as tarefas não se transformem em obstáculo e provoquem um estado geral de desorientação, todos os campos da Proposta de Projeto de Tese serão considerados: título, sumário, estado de arte, descrição detalhada, objetivos, referências bibliográficas e cronograma.

1. Do apelo da Filosofia da Educação ao preenchimento de um modelo

As teses inscrevem-se em áreas científicas e em especialidades. Tal evidência procedimental não é banal, pois umas e outras balizam o roteiro dos passos a dar e registam explicitamente a tese². No caso da sua inscrição em Filosofia/Filosofia da Educação, pressupõe-se o conhecimento de conceitos nucleares, tendências interpretativas, dinâmica discursiva, determinação prática da Filosofia da Educação na constituição do mundo, fundamentos das crises educacionais (Hirst & Carr, 2005, 615-632) ou,

² Entre outras definições possíveis opta-se pela que Antônio Severino dá, por referir o que basta à sua compreensão: “A tese de doutorado é considerada o tipo representativo do trabalho científico monográfico. Trata-se da abordagem de um único tema, que exige pesquisa própria da área científica em que se situa, com instrumentos metodológicos específicos” (Severino, 2017, 150).

resumindo, pressupõe-se o reconhecimento dos problemas educativos que à Filosofia solicitam compreensão ou que a exigência crítica desta identifica e interpreta.

O assumir do vínculo da Filosofia da Educação à Filosofia é previamente decisivo e não despiendo ou, de outro modo, é fundante da experiência de investigar em diálogo com os textos e em confrontação com os problemas teóricos e práticos. O apelo investigativo da Filosofia da Educação tem como solo a Filosofia e não as Ciências da Educação. Um problema educativo perspectivado por estas não tem a índole do problema imposto por aquela e esta distinção é indissociável de uma posição epistemológica e metodológica com consequências na investigação.

O facto de raramente ser concedida autonomia disciplinar à Filosofia da Educação (é habitual a vizinhança geminada com História da Educação nos cursos de formação de professores) e de raramente aparecer nos planos de estudo dos cursos de Filosofia, tem-na limitado ao estudo histórico das ideias filosóficas sobre a educação ou centra-se na modelação do saber pedagógico pelas disciplinas filosóficas, como a axiologia entre outras (Kohan, 2003, 122). O contrário também é raro. É raro encontrar um fio condutor estruturadamente filosófico no estudo da educação ou, tomando outro ângulo, de a Filosofia da Educação buscar o que de filosofemático há na atividade educativa. Duas possibilidades, entre outras, de fecundar a legibilidade da educação e de, na radicalidade da leitura compreensiva, a abrir a horizontes de sentidos. Por conseguinte, a elaboração da Proposta a registar na academia terá de se tornar consequente com o todo do conteúdo proposto. Isto, independentemente dos modelos de registo académico.

Algumas universidades exigem, no final da frequência letiva do 1.º ano, o preenchimento de uma minuta de planeamento do trabalho a realizar para apresentação e defesa públicas da tese. Tal exigência visa efetivar o vínculo académico do doutorando para com a instituição, assumir o compromisso entre ele e o orientador e, de certo modo, discipliná-lo na atividade investigativa. É discutível se no final do ano letivo o doutorando está em condições para fazer escolhas definitivas, se tem leituras suficientes para fixar uma visão global sobre o tema, se maturou a abordagem

conveniente e se vislumbra um desfecho interpretativo. Nem sempre os doutorandos trazem, quando se dispõem a frequentar o curso, um plano de estudo definido e pronto a ser transposto, com um ou outro ajuste, para o formulário da Proposta de Projeto de Tese. Alguns elegeram um tema, fizeram leituras e identificaram um problema sem terem fixado uma estrutura de trabalho e uma dinâmica discursiva. Outros sondaram assuntos e ficaram-se por leituras à busca de clarearem ideias. Há ainda a considerar a situação das inflexões quanto ao tema e/ou quanto ao autor previamente escolhidos. Muitos são os que decidem abandonar o projeto tido em mente. Dependendo da radicalidade da inflexão, assim o nível do esforço em recommençar leituras, organizar ideias e delinear novo plano de investigação. Sobre o tempo para a maturação de um plano de tese, ainda que em um outro contexto de organização universitária, Umberto Eco manifestava uma posição prudente a não ignorar:

“O ideal, em minha opinião, é escolher a tese (e o respetivo orientador) mais ou menos no final do segundo ano da universidade. Nesta altura está-se já familiarizado com as várias matérias (...). Uma escolha tão tempestiva não é nem comprometedora nem irremediável. Tem-se ainda mais um ano para compreender que a ideia era errada e mudar o tema, o orientador ou mesmo a disciplina” (Eco, 2015, 44).

Com a Declaração de Bolonha (1999) redefiniu-se o ensino e a investigação nas universidades (Keeling, 2006). Foram alinhados três ciclos de estudo (licenciatura, mestrado e doutoramento) no formato tipo 3+2+3 anos, correspondendo o doutoramento ao momento terminal da sequência. Um momento em ‘crescendo’ que amplia e aprofunda decisões tomadas para o mestrado, as quais, por sua vez, assentam em preferências manifestadas na formação geral dada pela licenciatura. Esta sequência bolonhesa pode facilitar o desenho do Projeto de Tese. Mas para quem entra no doutoramento em descontinuidade académica dos ciclos, a retomada de estudo pode requerer mais esforço de adaptação.

A Proposta de Projeto mostra como é mentalmente concebida a estrutura da tese, como esta se justifica em pertinência, atualidade e originalidade e, também, como se afigura o percurso investigativo a percorrer pelo doutorando durante três, quatro ou cinco anos. A fase da elaboração da Proposta de Projeto de Tese corresponde, muitas vezes, a um exercício de ‘subir e descer escadas’, como sugere a gravura de Escher. A elaboração de uma proposta que resulte clara, coerente, rigorosa e concisa é uma tarefa absorvente que a cada dia se aproxima da elaboração da Proposta de Projeto de Tese corresponde, muitas vezes, a um exercício de ‘subir e descer escadas’, como sugere a gravura de Escher.

A elaboração de uma proposta que resulte clara, coerente, rigorosa e concisa é

uma tarefa absorvente que a cada dia se aproxima da data limite indicada para entrega. A esta pressão de ordem temporal acresce a dificuldade geral em adequar o plano pessoal do trabalho ao formulário institucional, constituído por uma série de componentes estruturais. Mais difícil se torna a adequação quando o plano de trabalho ainda é difuso.

O formulário institucional solicita o ‘encaixe’ de certa informação, pelo que a limita a determinado número de caracteres ou de

Figura 1 Escher: Ascending and descending – 1060

palavras³. Adequação da informação ao limite da caixa textual é uma tarefa de contagem, de ‘põe e tira’ e de escreve e reescreve. Tirar uma palavra tem, por vezes, o efeito dominó, obrigando à revisão gramatical das frases para que retomem uma coerente articulação entre si. Outras vezes tira-se mais do que uma palavra e isso exige uma atenção apurada, sob o risco de se eliminar demasiado, comprometendo o sentido fundamental da informação.

O preenchimento do formulário correspondente à Proposta do Projeto de Tese pressupõe um momento de preparação inicial em que várias tarefas se sobrepõem e repetem. Há um considerável rol de tarefas

interligadas que se refazem: ler, delimitar o que se pretende investigar para melhor identificar o objeto e o domínio da investigação, pensar num

Figura 2 – Escher: *Drawing hands*, 1948

³ Pressupõe-se que o doutorando esteja familiarizado com a metodologia científica e conheça a bibliografia correspondente. No mercado editorial abundam livros e artigos e tal abundância corresponde à necessidade de orientações precisas direcionadas para determinado tipo de investigação (documental, laboratorial, etc.) ou para distintas áreas de saber. No caso particular da filosofia, a situação editorial é similar. Mas quer se trate de publicações que se adaptam ao geral da investigação, quer de publicações circunscritas a uma determinada área, não há um normativo consensual. Para comprovar esta divergência basta consultar Cardoso, Alarcão e Antunes (2010), Carvalho (2009) e Coutinho (2013). A variabilidade das orientações pode confundir os doutorandos mas também deixa os autores numa situação incômoda, como Sérgio Luna afirma defensivamente: “Se foi possível, em um certo período da história da ciência, estabelecer parâmetros e limites para delimitar o que era pesquisa, de há muito pode-se afirmar que ninguém sairá ileso de tal empreitada, e eu não tenho ilusão de constituir exceção a essa ‘regra’” (Luna, 2007, p. 5).

título, examinar o interesse mobilizador do estudo, averiguar a existência de teses sobre o assunto, fazer uma ronda bibliográfica por livros e, artigos consultar pessoas que conheçam o tema e, finalmente, expor o que se tem em mente. A este respeito recomenda-se a leitura do artigo “La investigación filosófica: ¿análisis conceptual versus análisis histórico?”, de Guillermo Languent (2016, 219-244). O autor apresenta dois conhecidos modelos de investigação em filosofia, mostrando que a análise conceptual não dispensa o enquadramento histórico do próprio conceito e que a análise histórica não é conceptualmente vazia. Porém, para uma visão mais alargada do debate metodológico e de aproximação à metodologia adequada ao estudo a realizar, sugere-se a leitura do livro *The Cambridge Companion to Philosophical Methodology*, editado por Giuseppina D’Oro e Soren Overgaard (2017). Não menos interessante é o livro de Diogo Ferrer, intitulado *Método e Métodos do Pensamento Filosófico* (2007), que percorre várias perspetivas (dialética, transcendental, fenomenológica, hermenêutica, analítica, da história conceptual ou da teoria dos sistemas) na busca singular, mas plural, da compreensão de um problema filosófico.

As tarefas enumeradas cabem inteiramente ao doutorando que cumpre o princípio da autonomia, próprio da ética da investigação. Todavia, a presença de um orientador pode ser preciosa enquanto interlocutor crítico. A este propósito convém ler os conselhos de Umberto Eco (2015, p. 66-68) e de, por o humor servir de tempero racional, ler *How to Complete and Survive a Doctoral Dissertation*, de David Sternberg (1981). Se a falta de ética da responsabilidade do orientador é perturbadora, a atitude subserviente do doutorando é inteiramente reprovável. Nada de apanhar as bolas de ténis do orientador, como aconselha Niamh Brennam (2019, 368).

2. Quatro notas e um quadro final

1.^a nota – o título

Uma das tendências é começar pela titulação da tese. Alguns formulários da Proposta de Projeto exigem a indicação do título definitivo, outros, um título provisório que foque o tema a tratar (aquilo que o autor estuda como, por exemplo, a educação pós-moderna). Se a primeira indicação é vinculativa, a segunda é aproximada, podendo ser alterada no final da redação do trabalho, quando se tem a visão total do conteúdo. De facto, o título deve espelhar o tema e concentrar, com a máxima depuração, o conteúdo da tese. Sugere Schopenhaur que o título deve ostentar-se como o monograma do conteúdo.

O que o endereço do destinatário é para uma carta. O título deve ser para um livro, ou seja, o principal objetivo é encaminhá-lo à parcela do público para a qual o seu conteúdo possa ser interessante. Por isso, o título deve ser significativo e, como é constitutivamente curto, deve ser conciso, lacónico. Expressivo, se possível um monograma do conteúdo. São ruins, por conseguinte, os títulos prolixos, os que não dizem nada, os que erram o alvo, os ambíguos, ou então, os falsos e enganosos, que acabam dando a seu livro o mesmo destino das cartas com o endereço do destinatário errado. Entretanto, os piores títulos são os roubados, isto é, aqueles que já pertencem a um outro livro, pois se trata não só de um plágio, como também da comprovação da mais completa falta de originalidade. Quem não é suficientemente original para dar a seu livro um título novo será ainda menos capaz de provê-lo de um novo conteúdo. Um caso semelhante é o dos títulos imitados, ou seja, em parte roubados, como por exemplo quando, bem depois de eu ter escrito “Sobre a vontade na natureza”, Oersted escreve “Sobre o espírito na natureza. (Schopenhauer, 2011, 62).

Apesar da extensão abusiva, a passagem transcrita é instrutiva e tem a vantagem de articular as características do título com as questões da autoria e da ética investigativa. O título identifica o pensamento do autor, situa o problema numa corrente ou época e revela os seus interesses investigativos. Mesmo que os interesses do autor sejam participados por outros – potenciais interlocutores –, tal não justifica a apropriação de títulos já assinados. A ética da investigação não consente o plágio, seja qual for o lugar em que ocorra (Weinbaum et al., 2019).

Todavia, na intransigente defesa da subjetividade da escrita, Schopenhauer não admite sequer as linhagens de títulos. Ora no contexto da atual produção de trabalhos, alguns resultantes de investigações em rede convergentes no objeto de estudo, as linhagens são inevitáveis e, quiçá, vantajosas. O volume da publicação anual é elevadíssimo e as linhagens permitem a localização imediata do trabalho em centros de investigação e em laboratórios, dentro e fora da academia. Esta situação da titulação, decorrente da intensidade da produção, era inexistente na época de Schopenhauer, mas, ainda assim, não justifica a anulação das características próprias do título que, como Júlio Fragata indica e Schopenhauer certamente concordaria, são a originalidade, brevidade e clareza (1975, 86-87).

Mas um título como aquele que Schopenhauer deu ao seu livro – *Sobre a vontade na natureza* – pode ser insuficiente para retratar o conteúdo. Neste caso é recomendável a subtitulação, que acrescenta informação sobre o objeto de estudo ou o campo da investigação. Um título como “O significado político da crise da educação em Hannah Arendt e as perspectivas contemporâneas” é suficientemente compreensivo e basta. Porém, algo como “A crise da educação em Hannah Arendt” necessita de um complemento que dê a entender a perspectiva que se toma ou a particularidade da abordagem a fazer ou o enquadramento de fundo que escora o trabalho. O subtítulo justifica-se como complemento explicativo, sendo mais longo.

Nem sempre se tem habilidade criativa suficiente para encontrar o título em um ‘flash’ e ‘prête à dresser’. Daqueles que assentam como luva, e por isso são elegantes e precisos. Mais importante que o toque de

criatividade poética é encontrar um título que teça a urdidura do tema e do conteúdo, com clareza e simplicidade. E isto sem claudicar a primeira das quatro regras delineadas por Umberto Eco: “Que o tema corresponda aos interesses do candidato (quer esteja relacionado com o tipo de exames feitos, com as suas leituras, com o seu mundo político, cultural ou religioso)” (Eco, 2015, 33).

Ora o tema, referido nas duas últimas frases, apresenta-se na primeira hora da tomada de decisões, pois sobre ele assenta o aparato construtivo da tese. Na escolha do tema muitas e diferentes perguntas se colocam no plano da deliberação: a certeza de ser efetivamente ‘o tema’; a coragem de o levar até ao fim da investigação, a sua densidade significativa; a capacidade em o transformar num círculo de questionamento; etc. O tema pode surgir por apelo forte ou por persistente busca, consultando autores, obras, ou identificando problemas e polémicas. Seja qual for a via motivadora, a tese justifica o investimento do que de melhor há no doutorando: qualidades intelectuais e postura ética.

Júlio Fragata dedica ao assunto um capítulo do livro *Noções de Metodologia para Elaboração de um Trabalho Científico*, insistindo em quatro critérios. A escolha do tema deve então ponderar: 1) a inclinação pessoal ou “estar em conformidade com a índole do autor” (1975, 31); 2) a capacidade individual ou gosto pessoal do tema; 3) capacidade de realização, como, por exemplo, domínio da língua em que as obras principais foram redigidas, como a formação adequada em filosofia [conhecimentos aprofundados em educação, acrescento eu], visão geral estruturada do quadro temático e condições objetivas para estudo do tema, o que inclui existência de bibliografia; 4) utilidade e oportunidade, duas circunstâncias que se intercetam. Em Filosofia da Educação, útil e oportuno é pensá-la como disciplina, pensá-la associada à vida prática e capaz de convocar o pensamento filosófico contemporâneo.

Em suma, título e tema funcionam como um *iceberg*. Se o título deve ser nítido e compreensível, o tema deve ter densidade sem fissuras e profundidade significativa.

Resumindo as características do título: conciso, compreensível por qualquer leitor e adequado ao tema.

2.^a nota – o sumário

O ponto crítico do preenchimento do formulário é a redação do sumário que apresenta a tese e orienta o leitor. Anotam-se duas dificuldades. A primeira prende-se com o critério da extensão mínima. Como resumir, com simplicidade e clareza, o programa de trabalho a realizar em não mais que 150 palavras? Este indicador, variável de universidade para universidade sem desvios notórios, constrange e põe à prova a capacidade de dizer o máximo no mínimo. As explicações, interpretações e transcrições são excluídas do texto para centrar o sumário no que é significativo e tornar convincente o valor do projeto de tese.

Existe um conjunto de elementos que devem constar no sumário, embora não se determine uma ordem de sequência. Tudo depende do estilo e da organização textual de quem escreve. Começa-se por um enquadramento do problema, o qual constitui o objeto de estudo. Em termos concisos, situa-se o problema dentro da tradição filosófica, refere-se a sua forma de abordagem e a justificação teórica que lhe tem sido dada. Expõe-se a pergunta (ou a principal pergunta) da investigação e a proposta de resposta teórica da mesma. Sublinha-se, ainda, quanto o problema é significativo para o conhecimento filosófico. Seguem-se breves referências à estratégia metodológica a empregar (análise hermenêutica, análise hermenêutica mais factos relevantes, abordagem fenomenológica, abordagem filosófico-histórica, ...). Isto sem esquecer o percurso investigativo, dando-se uma visão global do que na fase preparatória se conseguiu pesquisar, conceber e projetar. Ora para esta composição sintética convém ter lido alguns artigos ou livros que detalhem a estrutura de uma tese e esclareçam procedimentos correntes (Foss, 2015).

A segunda dificuldade diz respeito à indicação do problema, com centralidade no sumário e com função motora para a tese. De facto, a filosofia ocupa-se de problemas, mostrando a sua significação e

interpretação. Como afirma González Porta, “Quando não há problema tampouco há filosofia” (2007, 26). E continua mais adiante: “(...) o critério mínimo para decidir se estamos ou não diante de um problema é a possibilidade de formulá-lo como uma pergunta gramaticalmente completa” (2007, 31). Em exemplificação simples, pode-se perguntar de forma explícita: qual é o problema colocado por Adorno sobre educação? (ou qual é a pergunta de Adorno quando discute a educação?); como o formula e lhe responde? (ou qual a tese proposta?); como argumenta e fundamenta? (ou por que razão dá uma resposta e não outra); qual a relação entre este problema e o pensamento de Adorno?; de onde surgiu o problema?; como aparece na tradição filosófica?; que argumentos são conhecidos?; qual o seu carácter contraditório?, etc.

Estas (entre outras mais) perguntas em torno da compreensão do problema são facetas dos vários aspetos da tensão constitutiva do próprio problema. E é com elas que se enceta o diálogo hermenêutico, eleva a complexidade da abordagem e se dá a conhecer o campo da problematicidade. Todavia, querer referi-las no sumário seria o mesmo que querer meter o Rossio na Betesga.

Também as considerações sobre o motivo mobilizador da formulação do problema ou a justificação da sua relevância filosófico-educativa estão fora do campo do Sumário. O seu desenvolvimento cabe na Introdução da tese, momento reservado para apresentação da génese de toda a investigação e outras determinações e delimitações, sejam de ordem metodológica ou relacionadas com os pré-requisitos próprios do trabalho científico. Importa, sim, ter uma ideia clara do problema a explorar e da problematização subjacente. Por exemplo, ao problema da escola como instituição repressora subjaz um plano de problematização à volta da natureza das instituições e da indispensabilidade da educação para a formação do ser humano. A tonalidade predominante do problema, ainda na linha do exemplo, é o descontentamento com o que a escola é e não deveria ser, mas a problematicidade vai redimensioná-lo. A problematização coloca o doutorando frente a frente com o problema, projetando-o e viabilizando a abertura à sua compreensão e busca de sentido.

Sobre a problematização sugere-se a leitura do pequeno livro de Michel Fabre, professor da Universidade de Nantes e aí investigador no *Centre de Recherche en Éducation*, intitulado *Qu'est-ce que problématiser?*, publicado em 2017 e que em 2009 publicara *Philosophie et pédagogie du problème*. Firme no pressuposto de que problematizar é a via privilegiada para a emancipação racional do sujeito, Fabre estabelece quatro passos:

1. Problematizar é examinar uma questão (Fabre, 2017, 19-29) e descobrir onde nela vive a dúvida;
2. Problematizar é articular os dados com as condições do problema dentro de um determinado quadro (id., 29-42);
3. Problematizar é manter uma vigilância permanente sobre as dimensões ética e epistemológica das questões do problema, desenvolvendo uma atitude dialógica (id., 42-59);
4. Problematizar é inventar e dar a pensar (id., 59-70), ou seja, construir sentidos para o problema.

Em suma, no Sumário, síntese do programa de trabalhos a desenvolver, dá-se o salto da fase pré-reflexiva para a fase enunciativa da tese que a problematização permitiu. Características: clareza e estrutura sintética. Componentes a integrar: enquadramento temático, problema a tratar, pertinência, originalidade, metodologia, objetivos e contribuições previstas na sequência da investigação.

3.^a nota – o estado de arte

O campo reservado ao Estado de Arte comporta 250 a 500 palavras e nele se expõe a situação científica em que se encontra a investigação a desenvolver pelo doutorando. Antônio Severino, professor de Filosofia da Educação na USP e que traduz *State of Art* por *Estado da Questão*, aconselha o seguinte:

(...) pode ser feita uma *contraposição* aos trabalhos que já versaram sobre o mesmo problema, elaborando-se uma espécie de *estado da questão*, inclusive mediante rápida referência à literatura relativa ao tema

com base num balanço crítico da bibliografia feita nos estudos preparatórios. (Severino, 2017,161)

Com o preenchimento do Estado de Arte, e na perspectiva de quem lê a Proposta de Projeto de Tese, consegue-se aquilatar o avanço das leituras por parte do doutorando, o conhecimento que tem das linhas interpretativas existentes e do reconhecimento crítico que faz dos avanços ou entraves teóricos e metodológicos. Do ponto de vista do doutorando, a pesquisa para elaboração do Estado de Arte é vantajosa: 1) confirma ou infirma a relevância da investigação em mente; 2) assegura que ninguém apresentou uma resolução satisfatória para o problema; 3) evita repetir o que já se investigou, direcionando o doutorando para outra abertura do horizonte investigativo; 4) e, sobretudo, permite reconstruir o problema filosófico, apoiando-o em argumentos e contra-argumentos num encadeado de perspectivas de aproximação compreensiva.

O Estado de Arte surge, por vezes, integrado num dos objetivos da Revisão de Literatura (Luna, 2007), definida como processo de levantamento e análise das publicações sobre o problema escolhido. Ambas, Revisão de Literatura e Estado de Arte, assentam no levantamento bibliográfico. A Revisão da Literatura corresponde a um processo de busca de textos relacionados com o tema, ou mais especificamente com o problema, o qual justifica e circunscreve a tese. Trata-se primeiramente de um exercício de leitura crítica, que elenca os textos indispensáveis para definir o objeto de investigação, contextualizar, conhecer os argumentos já mobilizados, mapear as articulações teóricas adiantadas e construir o marco conceptual⁴. É uma tarefa indispensável para melhor delinear e precisar uma abordagem inédita do problema.

A Revisão da Literatura permite estabelecer o marco teórico, entendendo-se por tal o conjunto de conceitos ou ideias (mapa conceptual; mapa de ideias) que articuladamente orientam e levam ao aprofundamento

4 Umberto Eco recomenda que a leitura seja acompanhada por uma metódica recolha de notas de leitura, evitando-se assim a perda de tempo e o desconforto da desorganização (2015, 224).

do estudo do tema. Por conseguinte, o marco teórico constitui-se na decorrência da Revisão da Literatura.

Duas advertências: uma, a ênfase não está na apresentação sumariada de tudo o que foi escrito a propósito do tema, mas na indicação daquilo que de pertinente tem sido problematizado em textos considerados fundamentais; outra, o procedimento pode variar, mas existem passos necessários:

1. Identificar textos que indiquem o atual conhecimento sobre o objeto a investigar. Para esta prospeção alargada convém consultar enciclopédias, índices bibliográficos, monografias acadêmicas, entrevistas, resenhas, artigos e livros. São recursos indispensáveis, estando alguns disponíveis na internet (Lakatos, 2003, 224).
2. Examinar (analisar e discutir) os textos para conhecer as abordagens feitas: o que foi esclarecido e o que está por esclarecer.
3. Sintetizar alguns textos para identificar princípios, conceitos, teses, argumentos e contra-argumentos, bem como para obter contextos, articulações, transferências, rupturas. Tudo isto integrará (não como somatório) o quadro teórico que serve de fundamento ao problema a examinar e que orientará o seu desenvolvimento. Algumas questões poderão contribuir para orientar e organizar o pensamento: que aspectos foram trabalhados nos estudos anteriores e nos atuais?; quais os argumentos mais fortes ou originais?; que dúvidas têm sido levantadas?; qual o nível de desenvolvimento (subdesenvolvimento) do assunto?; qual o contributo do assunto para compreensão da realidade educativa?; etc.

Em suma, no Estado de Arte apresentam-se as leituras que fazem o ponto de situação da investigação, destacando o que contribuiu para o estudo do problema ou que está por estudar. Para cada publicação indica-se a razão do seu contributo, daí resultando a fundamentação teórica do objeto de investigação. Cada publicação e cada contributo devem estar organicamente inter-relacionados e devem ser confrontados se contraditórios. Características: criteriosa seleção de textos; clara, breve e precisa indicação do contributo de cada texto; pertinente inter-relação textual.

4.^a nota – a descrição detalhada, objetivos, bibliografia e cronograma

A descrição detalhada não é o índice nem se configura como tal, ou seja, pelo alinhamento sequenciado das subdivisões lógicas: partes, capítulos e subcapítulos. Este campo, que aceita 500 a 1000 palavras, antecipa, com detalhe, o programa de trabalhos a desenvolver. Assim, sumariza, de forma ordenada e encadeada, os vários momentos do percurso da investigação, identificando tarefas significativas à luz de uma chave hermenêutica de acesso ao problema, de acordo com a metodologia adotada, em articulação com os objetivos visados e dentro duma previsão temporal ajustada à execução das tarefas.

A aplicação do adjetivo ‘detalhada’ (à descrição) pode equivocar. Para se chegar ao detalhe não só tem de se possuir uma visão ampla e articulada, como também tem de saber escolher o que é suscetível de detalhar sem deslaçar o todo da composição da Proposta. Nesta fase do doutoramento, a descrição exigida tem um certo carácter de provisoriedade. O plano de trabalho vai-se apurando pouco a pouco e admite-se que seja reescrito e reordenado sempre que o estudo se aprofunda e se vai substancializando o conteúdo. Não obstante a exigência, esta operação dever ser encarada pela positiva.

No campo dos Objetivos, cuja redação tem como limite máximo as 300 palavras, há que descrever as principais questões da investigação e fazer-lhes corresponder os objetivos a atingir. E não só, pois a referência aos objetivos deve remeter para a contribuição que se pretende trazer com o Projeto de Tese em proposta.

Também a Bibliografia não consiste na longa listagem de textos identificados para a problemática em estudo. Muito menos é uma pretensiosa e enfastiante lista da totalidade dos livros a ler. A propósito da leitura obsessiva para nada deixar escapar, convém lembrar o estado de desgaste e aborrecimento que pode provocar, levando ao abandono da própria leitura. Mallarmé exprimiu bem esse desgaste, em *Brise marine*: “(...) et j’ai lu tous les livres. Fuir!” (2003, 15).

Em suma, na Proposta de Projeto de Tese a bibliografia deve corresponder apenas aos textos referidos no Estado da Arte e em outro dos campos preenchidos, caso se tenha feito alguma citação ou transcrição. O critério é sempre o mesmo: correlação entre a informação incluída em cada campo e todos os campos.

Resta referir o Cronograma. Não há obrigatoriedade no modelo gráfico a usar para ilustrar a durabilidade das tarefas e dos intervalos entre elas. Facilmente se encontram modelos, como o diagrama de Gantt. Para gerar um cronograma basta aceder à internet ou recorrer a um ficheiro Excel. Os cálculos do tempo necessário para o início e fim de cada tarefa, ou de blocos de abordagem ou de etapas do projeto, devem ser realistas. O risco de uma calendarização é o incumprimento; a vantagem é a monitorização e possibilidade de corrigir a regularização. Característica: realismo.

Quadro final – a Proposta de Projeto

A elaboração de uma Proposta de Projeto de Tese antecipa a visão de conjunto da investigação, com um ponto de partida, evidenciado pelo tema e relacionado com a problemática, a estratégia de aproximação, os confrontos argumentativos e os critérios discursivos, e, embora de modo menos explícito, com um ponto de chegada indicador de entendimento. O ponto de partida e o de chegada indicam os limites do que se decide investigar com cientificidade (detetando constrangimentos e pressentindo exigências), moldam e mostram o sentido da tese. Quando se elabora uma Proposta de Projeto de Tese ela surge como o percurso organizado de uma totalidade discursiva sobre um determinado tema filosófico, levado até ao máximo das possibilidades que a proposta do tema implica. Em suma, apresenta-se um quadro desse percurso:

Quadro – Estrutura PPT

TÍTULO	Monograma do conteúdo. Características: conciso, compreensível por qualquer leitor e adequado ao tema.
---------------	---

SUMÁRIO	Caraterísticas: clareza e estrutura sintética (frases curtas). Componentes a integrar: enquadramento temático, problema a tratar, pertinência, originalidade, metodologia, objetivos e contribuições previstas na sequência da investigação.
ESTADO DE ARTE	Características: criteriosa seleção de textos; clara, breve e precisa indicação do contributo de cada texto; pertinente inter-relação textual.
DESCRIÇÃO DETALHADA	Conteúdo: programa de trabalhos a desenvolver. Característica: sumarização, de forma ordenada e encadeada, dos vários momentos do percurso da investigação, com identificando das tarefas significativas à luz de uma chave hermenêutica de acesso ao problema, de acordo com a metodologia adotada, em articulação com os objetivos visados e pautada por uma previsão do tempo necessário à execução das tarefas.
OBJECTIVOS	Tarefas: 1) descrever as principais questões da investigação e fazer-lhes corresponder objetivos a atingir; 2) indicar qual a contribuição que cada objetivo pretende trazer para o Projeto de Tese.
BIBLIOGRAFIA	Tarefa: enumerar os textos referidos no Estado da Arte ou em outro dos campos preenchidos, se houve alguma citação ou transcrição.
CRONOGRAMA	Tarefa: indicar o tempo calculado (início e fim) para realização de cada tarefa ou blocos de abordagem ou etapas do projeto. Característica: realismo.

Figura 2: Notas sobre a elaboração uma Proposta de Projeto de Tese

Consideração final

Para finalizar, importa sublinhar o teor ilustrativo que assumiu este texto. Uma Proposta de Projeto de Tese não é um mero formulário de resposta feita. Tem marca pessoal. Funciona como plataforma singular de convergência da problematização propulsora da investigação, pensada como um encadeado de tarefas a cumprir em momentos que se tornam interdependentes. O facto de institucionalmente se exigirem redações curtas (sumário, estado de arte, descrição detalhada, objetivos) e indicações breves (título, referências bibliografias, cronograma) não diminui o grau de exigência investigativa nem o valor filosófico deste exercício inicial. As

redações curtas não são de menor qualidade nem parciais quando no registo de Filosofia da Educação há fidelidade ontológica.

Defende-se que a centralidade da Proposta de Projeto de Tese está no tema que se faz rodear de textos, que são sempre o objeto privilegiado da cientificidade discursiva, mesmo que a proposta inclua, por exemplo, o estudo de caso. Particularmente em Filosofia da Educação, o estudo de certas dimensões da prática e da facticidade em nada diminuem a exigência e vigor intelectual da investigação (Hirst & Carr, 2005). Defende-se, em suma, que a Proposta de Projeto de Tese revela a estrutura de uma visão racional que se propõe ampliar e que se assume como compromisso com o mundo e os seus problemas educativos.

Refuta-se a ideia favorável às propostas extensas, as quais disponibilizam uma visão global do projeto, com um trajeto alongado e nítido. O que se refuta não é propriamente a extensividade, a qual naturalmente se admite como alternativa legítima, mas a negação implícita na ideia de extensividade: negação da falta de qualidade representativa da proposta curta do projeto de tese, como se se tratasse apenas de uma ‘coisita’ escrita à pressa com uns pós de imaginação; negação, do valor filosófico da redução da proposta ao essencial.

Por conseguinte, não se tratou aqui de fornecer uma fórmula mágica ou de padronizar o exemplo de apresentar um plano de tese. Se assim fosse, anulava-se o sentido pedagógico e epistemológico deste texto. Tratou-se, antes, de indicar como procurar uma forma razoável capaz de estruturar um consistente plano de estudo em Filosofia da Educação. Uma forma razoável que não ceda à tendência para complicar, mas, pelo contrário, que simplifique para tornar clara a informação necessária e suficiente à apresentação da Proposta. E a simplificação e objetividade em nada diminuem o valor racional do trabalho filosófico, bem definido por Barata Moura: “O trabalho em filosofia é uma das figuras da racionalidade e traz, como latência, um potencial estratégico que urge surpreender, nutrir, enquadrar institucionalmente os modos mais adequados e fazer frutificar” (Barata Moura, 1989, p. 72).

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Mário. *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares*. Sugestões para estruturação da escrita. 4.^a ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004.

BARATA MOURA, José. É a filosofia trabalho? *Cadernos de Filosofia*. O trabalho filosófico, n.º 1, fevereiro, 1989, p.53-72.

BRENNAM, Niam. 100 PhD rules of the game to successfully complete a doctoral dissertation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 32, n.º 1, p. 364-376. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2019-030> Acesso : junho 2020.

CARDOSO, Teresa; ALARCÃO, Isabel; ANTUNES, Joaquim. *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Porto: Porto Editora, 2010.

CARVALHO, José. *Metodologia do Trabalho Científico*. «Saber Fazer» da investigação para dissertações e teses. 2.^a ed. Lisboa: Escolar Editora, 2009.

CHUDNOFF, Elijah. *A Brief Guide to Writing Philosophical Papers*. Harvard, 2008.

COUTINHO, Clara. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. 2.^a ed. Coimbra: Almedina. 2013.

D'ORO, Giuseppina; OVERGAARD, Soren (eds.). *The Cambridge Companion to Philosophical Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. <https://doi.org/10.1017/9781316344118>

ECO, Umberto. *Como se faz uma Tese em Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

FABRE, Michel. *Qu'est-ce que problématiser?* Paris: Vrin, 2017.

FERRER, Diogo. *Método e Métodos do Pensamento Filosófico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0361-2>

FOSS, Sonja; WATERS, William. *Destination Dissertation: A Traveler's Guide to a Done Dissertation*. 2nd ed. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

FRAGATA, Júlio. *Noções de Metodologia para Elaboração de um trabalho científico*. 2.^a ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1975.

HIRST, Paul; CARR, Wilfred. Philosophy and Education. A Symposium. *Journal of Philosophy of Education*, n.º 39 (4) 2005, p. 615-632.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9752.2005.00459.x>

GONZÁLEZ PORTA, Mario. *A Filosofia a partir de seus problemas*. Didática e metodologia do estudo filosófico. 3.^a ed. S. Paulo: Edições Loyola, 2007.

KOHAN, Walter. Três lições de Filosofia da Educação. *Educação Social*. Campinas, vol. 24, n.º 82, abril, 2003, p. 221-228. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: junho 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100012>

KEELING, Ruth. The Bolonha Processo and the Lisbon Research Agenda: the European Commission's expanding role in high education discourse. *European Journal of Education*, Oxford, v. 41, n.º 2, 2006, p. 203-223.
<https://doi.org/10.1111/j.1465-3435.2006.00256.x>

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5.^a ed. São Paulo: Editorial Atlas, 2003.

LARINGUERT, Guillermo. La investigación filosófica: ¿análisis conceptual versus análisis histórico? *Praxis filosófica* (Nueva serie), n.º 42, 2016, p. 219-244. <https://doi.org/10.25100/pfilosofica.v0i42.3174>

LUNA, Sérgio. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: Educ, 2007.

MALLARMÉ, Stéphane. *Brise Marine*. In: *Œuvres Complètes I*, Édition présentée, établie et an-notée par Bertrand Marchal. Paris: Gallimard Pléiade, 2003, p. 15.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A Arte de Escrever*. Trad., org., pref., e notas de Pedro Süsskind. Porto Alegre: L&PM, 2011.

SEVERINO, Antônio. *Metodologia do Trabalho Científico*. 24.^a ed. Rev. e Ampliada. São Paulo: Cortéz, 2017.

STERNBERG, David. *How to Complete and Survive a Doctoral Dissertation*. New York: St. Martin's Griffin, 1981.

WEINBAUM, Cortney; LANDREE, Eric; BLUMENTHAL, Marjory; PIQUADO, Tepring; GUTIERREZ GAVIRIA, Carlos. *Ethics in Scientific Research: An Examination of Ethical Principles and Emerging Topics*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2019.

https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR2912.html. Acesso em: junho 2020. <https://doi.org/10.7249/RR2912>

Data de registro: 11/09/2020

Data de aceite: 29/09/2021